



SEÇÃO: DOSSIÊ

O que tem afastado os jovens da participação política? Uma análise do caso de São Borja-RS

What reasons keep young people away from political participation? An analysis of the case city of São Borja-RS

Fernanda Weirich¹

orcid.org/0000-0003-4267-2537
fernandaweirich1@gmail.com

Domingos Sávio

Campos de Azevedo¹

orcid.org/0000-0002-7482-8228
dsavio.Azevedo@gmail.com

Recebido em: 30 jul. 2019.

Aprovado em: 23 jan. 2020.

Publicado em: 17 set. 2020.

Resumo: O artigo busca analisar quais motivos podem estar relacionados ao afastamento dos jovens, com direito facultativo ao voto, da participação política convencional na democracia representativa, que é o voto. Para isso foi realizada uma pesquisa com jovens na faixa etária de 16 e 17 anos de idade no município de São Borja, RS, que não possuíam título de eleitor, a fim de captar de forma mais clara as motivações e as influências que fazem com que os jovens que têm o direito de votar não se utilizem do mesmo. Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, realizada por meio de questionários. O aporte teórico que sustenta o estudo discorre sobre alguns conceitos, tais como participação política, cultura política e socialização política. E, por fim, trazemos algumas considerações sobre os resultados achados na pesquisa de campo.

Palavras-chave: Cultura política. Socialização política. Participação política. Juventude.

Abstract: The purpose of this article is to analyze what reasons may be related to the removal of young people, with optional right to vote, from conventional political participation in representative democracy, which is the vote. In this case, a research has been made with young people aged between 16 and 17 years old in the municipality of São Borja, who did not have a voter registration, intended to capture more clearly the motivations and influences that make them do not use their right to vote. It is a quali-quantitative research through questionnaires. Besides, some theoretical concepts like political participation, political culture and political socialization are discussed. At the end, we bring some considerations about the results.

Keywords: Political Culture. Political Socialization. Political Participation. Youth.

Introdução

O número de jovens menores de 18 anos que participam da vida política, em especial, as eleições, tem diminuído. O índice de jovens com 16 e 17 anos que fizeram o alistamento eleitoral em 2018 foi 14,53% menor do que em 2014, segundo dados do perfil do eleitorado brasileiro divulgado pelo TSE. Esse dado nos mostra que mesmo esses jovens tendo o direito de fazer uso do voto facultativo e de participar da escolha dos seus representantes, não o fazem.

Em um regime democrático representativo, a participação dos cidadãos, em especial, a participação convencional, é fundamental. No Brasil a participação convencional universal, ou seja, o voto universal, só acontece a partir da Constituição Federal de 1988, cerca de 30 anos



¹ Universidade Federal do Pampa (Unipampa), São Borja, RS, Brasil.

atrás. De acordo com a Constituição Federal de 1988, os jovens maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos têm direito ao voto facultativo, ou seja "um direito subjetivo através do qual o cidadão, de acordo com sua consciência, participa ou não da vida política do seu país" (Frejat 2014, 49). Concordamos com Frejat ao tratar desse tipo de participação política, que não sendo obrigatória, depende exclusivamente da consciência do indivíduo de seus deveres como cidadão. Essa consciência é construída a partir da cultura política, termo cunhado por Almond e Verba, em 1963, definida pelos mesmos como "orientações psicológicas em relação a objetos sociais (Almond e Verba 1965, 13 citado por Schmidt 2001, 43), ou seja, são as orientações e atitudes políticas dos indivíduos.

De acordo com Tocqueville (1989) a participação popular está ligada à ideia de soberania popular, onde o cidadão participa quando opina sobre as leis, quando fiscaliza e quando se informa sobre os assuntos públicos. Dessa forma, trataremos da participação simples (Baquero 2007), onde se enquadra o ato de votar e eleições, com o enfoque voltado para os jovens da cidade de São Borja com idade superior a 16 anos e inferior a 18 anos.

Ao tratarmos da participação política dos jovens no município de São Borja, consideramos importante salientar que a cidade possui uma história política muito rica. São Borja é considerada "Terra dos Presidentes" de acordo com a Lei estadual n.º 13.041/2009, por ser berço de dois ex-presidentes do Brasil: Getúlio Vargas e João Goulart. Muito embora a vida histórica e a política da cidade tenham sido bastante ativas, hoje podemos perceber certa descrença para com a política. De acordo com Baquero (2004) acontecimentos negativos na política e no cotidiano como, por exemplo, a corrupção ou as crises econômicas, "tem produzido atitudes e comportamentos da juventude, de ceticismo, desesperança, distanciamento e desconfiança em relação à política (...) produzindo uma geração de jovens desencantados e irresponsáveis" (Baquero 2004, 121 citado por Groth e Monteiro 2010, 7).

O objetivo do artigo a seguir é buscar compreender melhor quais são as motivações que estão relacionadas a esse afastamento, utilizando como base os dados coletados através de pesquisa realizada no município de São Borja, no ano de 2018. A pesquisa foi feita de forma não representativa e com a participação de apenas duas escolas no município. O critério para a escolha das escolas, nas quais seriam aplicados os questionários e entrevistas, foi relativo ao seu número de alunos, ou seja, as que possuíam maior número de alunos matriculados no ensino médio, em suas respectivas competências administrativas (público e privado), foram escolhidas. Foram aplicados 61 questionários nas duas escolas, usando um filtro para selecionar apenas os jovens, entre 16 e 17 anos de idade, que não possuíam título de eleitor. Os questionários foram preenchidos pelos próprios alunos, sem interferência dos pesquisadores, a fim de alcançar um número maior de alunos, sem prejudicá-los em relação às aulas. Buscamos entender o ponto de vista dos jovens em relação a algumas questões da participação política, em uma tentativa de explicar o seu comportamento de não participação política convencional.

A participação política

A participação é um conceito amplo, que trata desde a participação do cidadão apenas como eleitor, até a participação em instituições políticas, movimentos sociais e ações sociais – tais como protestos e manifestações. Baquero (2007) afirma existir duas formas enquadrar a participação, sendo elas a convencional e a não convencional. A participação convencional é entendida por ações que ocorrem dentro de uma estrutura institucional; já a não convencional envolve ações que ocorrem em espaços fora dessa estrutura.

Quando nos referimos à participação política, automaticamente associamos esse conceito ao ato de votar, por ser a forma mais comum utilizada pelos brasileiros para participar da vida política. No entanto, o ato de votar está relacionado com algumas variáveis que influenciam diretamente nele. Variáveis como o nível de informação do cidadão, a participação em outras esferas de participação

política – como associações de bairro, grupos militantes etc., a forma como ocorreu a socialização política e o nível de confiança dele nas instituições.

A participação política também é influenciada pela trajetória histórico-política vivenciada por cada país. Em países onde historicamente a participação não era valorizada, conseqüentemente a cultura será de pouca participação. O Brasil é um exemplo de como essa trajetória interfere na participação política dos cidadãos. O país tem características peculiares de participação política devido à sua trajetória histórico-política. De acordo com Baquero (2007) o período de forte autoritarismo vivido no Brasil, de 1937 a 1945 e, de 1964 a 1984, tem influência sobre a participação política do cidadão brasileiro, criando uma predisposição negativa e diminuindo a sua importância.

O fato de o voto ser obrigatório no Brasil, não garante uma participação ativa do cidadão na política, uma vez que a obrigação se resume em comparecer à seção eleitoral, podendo então justificar a não utilização do voto, ou então votar nulo e não escolher um candidato. Baquero (2007) afirma que isso prejudica a avaliação da participação eleitoral no Brasil. No entanto, o voto facultativo para menores de 18 anos nos possibilita entender melhor essa participação, que é espontânea e, portanto, mais legítima.²

A não participação política

Como já foi explicitado anteriormente, o Brasil possui uma trajetória histórico-política que não incentivou a participação política popular, e isso ainda reflete no sistema político. Isso gerou uma espécie de descrença no poder da participação, ou seja, se o sistema funciona sem o indivíduo, por que participar? Moisés (1998, 17) reflete sobre tal problema e afirma que:

Habitadas a verem praticamente todas as iniciativas serem tomadas pelas elites dominantes, ademais privilegiadamente situadas no interior do aparelho do Estado (que tudo pode e para nada precisa pedir autorização à cidadania), amplas parcelas do povo brasileiro teriam desenvolvido, também, uma conduta política que as

levaria a esperar tudo “de cima”, da iniciativa do poder público. Trata-se de um comportamento político que funciona como complemento do elitismo que, induzindo à passividade, reforça fortemente o estatismo: espera-se tudo dos governos, a quem cabem todas as iniciativas, inclusive aquelas que se referem à própria regulação da ordem política. O resultado é a edificação de uma ordem política apartada da experiência do povo e, frequentemente, voltada contra os interesses fundamentais.

Esse comportamento é nocivo à democracia, que é feita da participação do povo. Quando a participação política do cidadão é diminuída e considerada incapaz de gerar mudanças no país, acaba por gerar o desinteresse na participação. Sendo assim, os mecanismos de participação e geradores de mudanças são percebidos como ineficazes por parte da população, que não acredita que sua participação possa surtir efeito e ocasionar mudanças. Logo, a participação política convencional, ou seja, o voto, se torna apenas uma obrigatoriedade, e outras formas de participação política nem são cogitadas. Além disso, aparece também a rejeição da política e a sua caracterização como algo ruim, negativo, a qual não vale à pena se envolver. Segundo Baquero (2007, 168) “não surpreende que a insatisfação e a desconfiança com a política, de maneira geral, se materializem num conjunto de atitudes e comportamentos que misturam resignação (nada pode ser feito) com hostilidade (rejeição à política)”.

Segundo Dahl, a decisão de participar ou não da vida política está ligada a um cálculo racional de custo-benefício, sendo assim “se um cidadão percebe que os custos da participação no processo político excedem os seus benefícios tomará a decisão de não participar” (Baquero 2007, 133). Diferentemente de Dahl, os autores Key e Lipset (citado por Baquero 2007) defendem a teoria de que se os cidadãos não participam, isso significa que estão satisfeitos com a situação em que se encontram, e que o sistema político está estável (Baquero 2007).

Para Putnam (2006), o fator gerador de participação política é o capital social. Segundo o autor, os cidadãos participam mais da vida política

² Não temos a intenção de afirmar que o voto obrigatório não é legítimo, apenas consideramos que o voto facultativo, por ser espontâneo e fruto de um desejo de participação do cidadão, se evidencia como mais legítimo para o propósito deste estudo.

quando estão envolvidos em outras instâncias da vida pública, como as associações, sindicatos etc. Nesse sentido, a não participação dos indivíduos na política seria consequência dos baixos níveis de envolvimento nas instâncias da vida comunitária.

Já Marcello Baquero aponta quatro causas que se destacam dentre as muitas que geram a não participação política. A primeira trata da apatia, caracterizada pela falta de interesse do indivíduo pela vida política. A segunda causa seria o cinismo, que se trata da desconfiança do indivíduo para com os políticos e as instituições. A alienação seria a terceira causa, definida como a indiferença por parte do cidadão a assuntos referentes ao governo e à sociedade. E, por fim, a quarta causa é a anomia, que está relacionada com a sensação de ineficácia política, de que os governantes não estão preocupadas com a população e com o bem comum, fazendo com que os indivíduos percam a vontade de participar da vida política (Baquero 2007).

A cultura política no Brasil

A cultura política de cada país varia muito de acordo com suas crenças, valores, e com a sua trajetória histórico-política. Autores como Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro escreveram sobre essa trajetória no Brasil, detalhando sobre alguns pontos da história, da consolidação do regime democrático e da relação da sociedade com o Estado.

Desde o descobrimento do Brasil, o país enfrentou muitas mudanças e conflitos, e a cultura política do Brasil reflete muito dessa trajetória. De acordo com Moisés (1990, 15, grifo do autor) "as características do nosso sistema político apoiaram-se na *oligarquização* do sistema de poder e na *marginalização* do povo", criando assim uma dependência do Estado. Desse modo, a cultura política do Brasil se formou:

[...] como elemento da estrutura profunda do sistema político, uma noção genérica, difusa, embora abrangente e fortemente consciente, que supõe a oposição entre a sociedade como um ente amorfo, amebóide, disforme e caótico, e o Estado, como princípio organizador, regulador e, principalmente, capaz de gerar a ordem necessária, não só a sobrevivência, mas ao desenvolvimento da sociedade. (Moisés 1990, 16)

Moisés (1990) afirma, ainda, que devido às leis serem estabelecidas fora do contexto real do povo, criou-se uma cisão "entre o país real e o país formal" (Moisés 1990, 16). Nesse contexto, o Estado torna-se o grande solucionador dos problemas da sociedade, fortalecendo-se e distanciando a política do povo, que se vê como incapaz de participar. Ao invés de tomar iniciativas, o povo se torna passivo, espera tudo do Estado, corroborando com o Estatismo e criando instituições apartadas da experiência real da população (Moisés 1990). Sendo assim:

a política é, antes de mais nada, vista pelos homens como "coisa dos outros", atividade para cujo acesso é necessário uma qualificação especial que, certamente, o povo não tem. E, dessa maneira, a ideia de controle dos governantes pelos governados desaparece completamente. (Moisés 1990, 18)

Além da ideia de incapacidade de participar da vida política, formada pelo povo, há também interferência dos períodos autoritários vividos no país. De acordo com Baquero (2007, 125) "a experiência política brasileira tem-se caracterizado pela predominância de práticas políticas autoritárias, gerando, como consequência, uma restrição às possibilidades de uma participação política efetiva".

A consolidação e a estabilidade da democracia dependem da credibilidade que os cidadãos têm para com ela. Um dos pressupostos da democracia é de que a participação dos cidadãos é fundamental, seja ela formal ou informal. Consequentemente:

A conjugação de uma história caracterizada pela predominância do autoritarismo, pela ausência de mecanismos efetivos de mediação política e as constantes desilusões com promessas políticas tem institucionalizado uma dimensão altamente negativa, em relação à política, ao longo do tempo, constituindo-se num entrave substancial para a plena consolidação democrática. (Baquero 1998, 23)

A confiança do cidadão nas instituições também é uma variável importante para a democracia. De acordo com Baquero (2007, 164) "há um consenso entre os pesquisadores desta temática de que um sistema político democrático não pode sobreviver, por muito tempo, sem o apoio

e confiança da maioria dos seus cidadãos". Uma vez que os cidadãos depositam sua confiança nas instituições democráticas, estão seguros de que as mesmas atenderão suas necessidades, e que suas propostas são para o bem comum, logo o governo tem mais legitimidade para desenvolver suas funções. Quando essa confiança não existe, os governos têm mais dificuldade em cumprir seu papel, gerando ainda mais ceticismo por parte da população. Sendo assim, "a confiança é fundamental na medida em que serve como um gerador de poder coletivo, possibilitando ao governo tomar decisões e comprometer recursos sem ter de recorrer à coerção para obter a aprovação dos cidadãos para toda e qualquer decisão" (Baquero 2007, 166).

Baquero afirma que "a confiança em relação à política (ou a falta dela) está enraizada no processo de socialização política que se materializa em crenças e valores culturais que são transmitidos desde a infância" (Baquero 2007, 169). Logo, a socialização política tem relação com a confiança, gerando um ciclo que se repete, ou seja, quando a geração anterior – que é responsável pela socialização da nova geração – confia ou não confia nas instituições, a próxima aprenderá a confiar ou a não confiar.

Outros fatores também geram a falta de confiança nas instituições, tais como a corrupção ou a ineficiência das instituições. Não raro os cidadãos associam a ideia de democracia com ganhos materiais, ou seja, quando não são atendidas as expectativas, sejam elas relacionadas a condições econômicas ou sociais, a tendência é gerar descrença das instituições políticas por parte do cidadão (Baquero 1998). Essa descrença também pode ser gerada por acontecimentos negativos na política, como por exemplo os escândalos de corrupção. Segundo Pereira (2011, 149), "este dilema acaba contribuindo para a desconfiança nas regras e decretos universalizantes, bem como nas instituições e seus representantes, colaborando para o afastamento das pessoas da vida pública, fomentando uma imagem negativa da política". Sendo assim, "a confiança depende das avaliações individuais do sucesso que os

cidadãos atribuem às instituições no campo político, social e econômico" (Baquero 1998, 20).

Socialização política

Entende-se por socialização política o mecanismo utilizado para transmitir conhecimento e informações, que auxiliam na construção do posicionamento político, e isso ocorre desde a infância, incluindo vários fatores que influenciam nesse processo de construção, tais como a escola, a família, a mídia etc. Segundo Baquero:

a socialização política é definida como o conjunto de experiências que, no processo de formação da identidade do indivíduo, tem influência na cristalização do seu papel como ator significativo ou não no sistema político e as crenças que ele desenvolve em relação à política e às instituições. (Baquero 1997, 10 citado por Pereira 2011, 145-146)

De acordo com Schmidt (2001) é por meio da socialização política que interiorizamos a cultura política na qual estamos inseridos. Ao longo da trajetória o indivíduo recebe influências que vão nortear as suas atitudes políticas. Essa forma de interiorizar essas percepções é estudada por Goffman (1986), que ao escrever sobre sua teoria de enquadramentos interpretativos, afirma que a forma como o indivíduo percebe a realidade que está a sua volta depende de como essa realidade está sendo apresentada a ele. As influências que recebe são como molduras, ou enquadramentos, que são apresentados a partir de determinado ponto de vista e que vão construindo a percepção daquele que está sofrendo a influência, fazendo com que molde a sua ação a partir dessa percepção.

A socialização política pode ser dividida em duas etapas: a socialização primária e a secundária (Schmidt 2001). A socialização primária se dá na infância, dentro do contexto familiar, através de valores e ensinamentos passados à criança. Já a socialização secundária, é todo o processo pelo qual o indivíduo passa para ser inserido na sociedade, seja esse processo feito pela escola, pela família, sociedade etc. Essas influências não necessariamente são intencionais. Schmidt (2001) afirma que "a socialização política não é

sinônimo de transmissão intencional de orientações políticas, mas é produto de uma infinidade de circunstâncias e experiências que escapam do controle seja dos pais, dos professores ou das autoridades" (Schmidt 2011, 73-74). Quando essa influência ocorre de forma não intencional, é chamada de socialização latente, que se caracteriza pela "transmissão de orientações de modo difuso e não programado" (Schmidt 2001, 74), e ela ocorre, geralmente, na infância. Quando as orientações são transmitidas de maneira intencional, trata-se da socialização manifesta, e de acordo com Schmidt (2001, 74) "à medida em que o indivíduo amadurece, cresce a taxa de socialização manifesta e reduz-se a socialização latente" (Almond e Coleman 1969, 35-36). Logo, a trajetória que o indivíduo constrói durante esses processos de socialização na infância interferem diretamente nas suas atitudes e no comportamento político e social, no entanto, mesmo na fase adulta, continua recebendo orientações que influenciam e/ou modificam os mesmos.

As agências de socialização que se destacam na literatura da área são a família, a escola e a mídia. A família é o primeiro agente socializador do indivíduo, ensinando valores, formando atitudes e opiniões, e o respeito em relação à autoridade. No contexto escolar, o indivíduo recebe a socialização voltada para os valores cívicos, que o introduzirá em uma sociedade democrática. Já a mídia, atua como veículo de informações e, também, como formadora de opinião (Silveira e Amorin 2005).

Alguns estudos sobre socialização política apontam para um problema que pode interferir negativamente na decisão de participar ou não da vida política: a forma autoritária como tem ocorrido essa socialização (Silveira e Amorin 2005; Schmidt 2000). O contexto escolar possui, ainda, um caráter autoritário e hierárquico que acaba limitando a criança ou jovem a obedecer. Essa forma tutelada de educar, acaba desestimulando a participação dos jovens na política, uma vez que a sua participação não foi estimulada desde a infância. Silveira e Amorin afirmam que "quanto maior a participação dos indivíduos nas decisões tomadas no interior da família e da escola, maior a sua eficácia política – crença em

sua capacidade de influenciar o processo político" (Silveira e Amorin 2005, 157).

Mesmo possuindo esse caráter hierárquico e autoritário, a escola continua tendo um papel crucial no que tange a educação cidadã. Para que a participação política se dê de forma espontânea, é fundamental que o indivíduo seja o que Schmidt (2001) chama de cidadão sofisticado, que se caracteriza por ser um cidadão "que se interessa por política, que procura informação, que é participativo e cioso dos seus direitos" (Schmidt 2001, 38), no entanto, o próprio autor afirma que esse tipo de cidadão é raro.

Para que essa sofisticação política seja alcançada é fundamental uma educação emancipadora, que possibilite ao indivíduo a capacidade cognitiva de pensar, analisar e formular a sua opinião de forma crítica. Todavia, a educação, ao menos no caso brasileiro, tem seguido o modelo do neoliberalismo, fazendo com que se torne, exclusivamente, um meio de preparar o indivíduo para o mercado de trabalho, e não para contribuir com a emancipação humana. Assim como nos afirma Guzzo e Euzébio Filho (2005):

Segundo FREIRE (1973), a Educação pode dirigir-se a dois caminhos: para contribuir para o processo de emancipação humana, ou para domesticar e ensinar a ser passivo diante da realidade que está posta. Assim, a educação deve também ter agentes que se posicionem diante da realidade, que optem pela construção de um saber comprometido com a maioria popular, ou que fiquem alheios a essas questões e contribuam para a manutenção das desigualdades. A opção majoritária das instituições educacionais parece seguir claramente os padrões neoliberais e apresenta, portanto, uma dependência em relação às demandas do mercado de trabalho, o que coaduna com um processo educativo fragmentado da realidade, com sentido, apenas, para ser aplicado à lógica dominante, geradora da passividade e da submissão aos valores consumistas, mas que se apresenta, por outro lado, com um discurso "humanista" e "democrático" da escola cidadã (FREIRE, 1973; 2001; 2003; TONET, 2005). (Guzzo e Euzébio Filho 2005, n.p.)

Entretanto, pesquisas mais recentes na área de socialização política afirmam que não é possível estabelecer um padrão universal de socialização política. Cada país possui uma trajetória própria, crenças e valores diferentes que diferenciam a

forma de socializar o indivíduo. O que pode ocorrer são semelhanças no modelo de socialização de cada país, já que a grande maioria dos países utiliza as mesmas convenções sociais, como a família, a escola etc.

O caso dos jovens de São Borja

Assim como afirma Schmidt (2001) a sofisticação política do cidadão seria um tipo ideal de cidadão para um regime democrático. Para isso, é necessário que eles estejam bem informados, a fim de guiarem suas decisões pelas informações que possuem. Sabendo disso, iniciamos o questionário com perguntas que buscaram saber o quanto esses jovens se informavam sobre política. A maioria dos jovens afirmou estar inteirado com diversas formas de informações políticas, cerca de 59% responderam que costumam ler, pesquisar na *internet*, ver noticiários ou propagandas eleitorais. O número de jovens que apontou que não costuma estar informado é significativo, cerca de 39%, no entanto, a maioria deles se declarou informado sobre política sempre ou às vezes. Com isso, podemos afirmar que a maioria dos jovens participantes da pesquisa eram medianamente sofisticados, segundo os critérios de Schmidt (2001).

Perguntados sobre a questão da participação convencional, os jovens apresentaram significativa resistência em relação à obrigatoriedade do voto. Cerca de 46% dos jovens não concordaram que o voto deva ser obrigatório, contra 52% que afirmaram ser a favor. Já em relação ao voto facultativo, os jovens se mostraram a favor, ainda que a taxa de discordância também tenha sido significativa. Quando perguntados se concordavam com o direito ao voto facultativo a partir dos 16 anos cerca de 58% disse que sim, enquanto 38% se mostraram contra. Isso demonstrou que há o interesse em participar, visto que a rejeição maior se encontrou na obrigatoriedade do voto.

Em relação à participação política dos jovens, cerca de 66% dos jovens a consideraram importante para o Brasil, enquanto 31% deles não a consideraram importante. Dessa forma, tivemos uma maioria de jovens que consideraram sua

participação importante, mas não participa da forma convencional, ou seja, votando. Também percebemos que a maioria dos jovens acredita que a participação é importante, mas não concorda que ela seja obrigatória. Dentre os questionários preenchidos, quando perguntados sobre a importância da sua participação houve um caso em que o jovem além de marcar a resposta "não", também anotou ao lado da resposta a frase "não temos voz para nada!". Essa afirmação corrobora para a ideia de Moisés (1998) quando afirma que há uma descrença no poder da participação popular, onde a mesma pode ser tratada com pouca importância ou incapaz de gerar mudanças nas decisões tomadas pelos representantes.

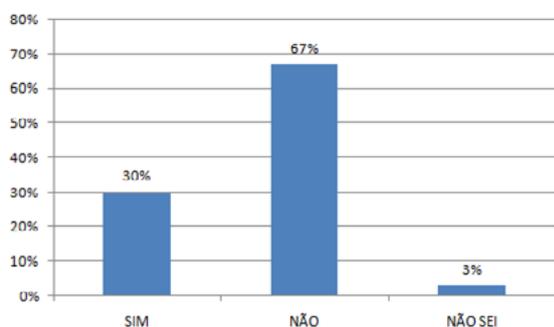
Quando foram perguntados se acreditavam no poder de mudança do voto em relação à situação política e econômica do Brasil, a grande maioria disse acreditar que o voto tem poder para modificar a situação do país: cerca de 87% do total de jovens. Os resultados desse conjunto de dados pode ser explicado também na ideia de Moisés (1998), de um comportamento político que espera as iniciativas serem tomadas por elites. Ou seja, eles acreditam que o voto tem poder para modificar o país, no entanto, uma parcela significativa dos jovens acha que a sua participação não tem tanta importância para fazê-lo. Essa passividade em relação à participação convencional também é influenciada pelos ambientes socializadores desses jovens.

A família é considerada um dos principais agentes socializadores, Easton e Dennis (1969) afirmam que a família é o primeiro agente socializador do ser humano. As opiniões dos pais com relação à política podem influenciar o jovem na hora de formar a sua própria opinião, e nem sempre isso é intencional por parte dos pais, sendo assim o que Schmidt (2001) caracteriza como socialização latente. Em busca de compreender melhor o ambiente familiar dos jovens pedimos para que eles apontassem o nível de interesse dos seus pais em relação à política. A maioria deles, aproximadamente 57%, afirmaram que seus pais se interessam de maneira razoável por assuntos relacionados à política. Cerca de 23% apontaram os pais como muito interessados, 13%

pouco interessados e nenhum deles descreveu seus pais como nada interessados em política.

Em relação às eleições os jovens foram quase unânimes em afirmar que elas são importantes para o Brasil. Cerca de 98% dos jovens afirmaram que as eleições são importantes, e apenas 2% disseram que não. No entanto, mesmo que, em sua grande maioria, os jovens apontem as eleições como importantes, existe um índice alto de desconfiança no processo eleitoral, como nos mostra o Gráfico 1. Aproximadamente 67% dos jovens não consideraram as eleições seguras e eficientes, e apenas 30% deles afirmaram confiar no processo eleitoral. Com os dados apresentados até aqui percebemos que a variável da confiança é muito importante para explicar o motivo de os jovens não utilizarem do seu direito de votar.

Gráfico 1 – Você acha que as eleições são seguras e eficientes?



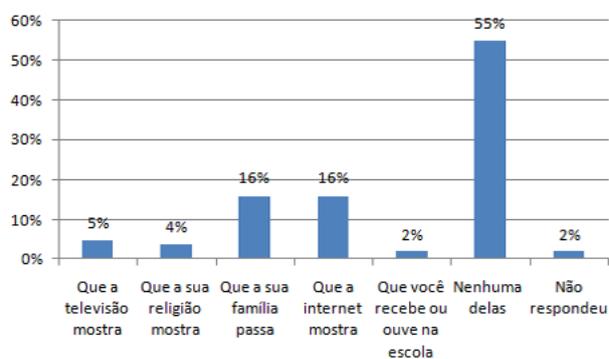
n: 61.

Fonte: Banco de dados próprio, 2018.

A desconfiança não aparece só em relação ao processo eleitoral, como também em relação aos meios de se adquirir informação política. Conforme vemos no Gráfico 2, a maioria dos jovens disse não confiar em nenhuma das alternativas expostas na questão. Em segundo lugar, temos um empate da *internet* e da família como fontes mais confiáveis. Importante ressaltar que, com o desenvolvimento tecnológico ao longo dos anos, a mídia como agente socializador também está se modificando. A mídia convencional, ou seja, a televisão, teve um índice de confiança três vezes menor que a *internet*, indicando uma perda de espaço. A religião apareceu em penúltimo

lugar, perdendo apenas para escola, que para Schmidt (2001) é um dos principais agentes socializadores e, ainda assim, tem o menor índice de confiança, indicando uma possível perda de espaço como agente socializador, assim como a mídia convencional. A pesquisa feita por Marcus Vinícius Deorriste dos Santos, Marcello Baquero e Jennifer Azambuja de Moraes, em 2018, também aponta para esses resultados, segundo os autores "a mídia, em especial a internet, vem substituindo a escola como segundo agente socializador" (Dos Santos, Baquero e Moraes 2018, 116).

Gráfico 2 – Se tratando de informações ou notícias sobre a política, você confia mais nas informações



n: 61.

Fonte: Banco de dados próprio, 2018.

No que diz respeito à influência dos escândalos de corrupção na participação política convencional dos jovens, os resultados são muito próximos. Cerca de 52% dos jovens afirmam que esses escândalos de corrupção afetaram na sua decisão de não tirar o título de eleitor, enquanto 48% deles afirmou que isso não afetou a sua decisão.

Considerações finais e caminhos possíveis

Ao longo dos anos as pesquisas captam cada vez mais o afastamento dos jovens da participação política (Dos Santos, Baquero e Moraes 2018, 116; Castro 2008; Moraes e Baquero 2015; Costa 2015; Nazzari 2006). De acordo com Baquero "a decisão de votar ou se abster numa eleição são um reflexo da forma como uma pessoa decodifica o mundo político do ponto de vista social e econômico" (Baquero 2010,).

Conforme os dados apresentados anteriormente, consideramos que o alto índice de desconfiança encontrado na pesquisa afeta de forma direta a participação política convencional dos jovens desta amostra não representativa. Os jovens se mostraram bastante desconfiados dos processos eleitorais e das fontes de informação política. A variável confiança é de extrema importância para um regime democrático, visto que, em teoria, confiamos nos governantes para nos representar. De acordo com Baquero (2007) o sistema político democrático depende da confiança e do apoio dos cidadãos.

Nesse sentido, a não participação política dos jovens em questão está relacionada à desconfiança nas instituições, no processo eleitoral e nos meios informativos. Não é possível afirmar que ela explica tal comportamento, no entanto é levada em consideração na decisão de se abster da participação convencional.

Para além de apenas diagnosticar tal problemática se torna necessário discutir sobre como podemos solucionar ou ao menos tentar amenizá-la. Um caminho possível que nos aproximaria da sofisticação política, característica necessária segundo Schmidt (2001) para exercer a plena cidadania no regime democrático, sem dúvida, é o caminho da educação.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação brasileira, em seu Art. 2.º trata sobre as finalidades da educação e, dentre elas, está a de preparar o educando para o exercício da cidadania. Já o Art. 27.º versa sobre as diretrizes da educação, na qual a primeira delas é "a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática" (Brasil 1996). A Lei n.º 9.394/96 (LDB) nos garante o direito de acesso a uma educação que inclua a cidadania como uma área a ser debatida em aula, ainda que seja de forma interdisciplinar. No entanto, é necessário que esse direito seja posto em prática: trabalhar a cidadania dentro da sala de aula a fim de despertar o pensamento crítico e a desenvolver uma cultura política que fomente a participação política. É de extrema importância,

principalmente em um regime democrático, que a participação dos cidadãos seja ativa e consciente, escolhendo e fiscalizando os representantes, e a educação emancipadora nos parece o melhor caminho para atingir tal feito.

Com esse artigo não temos a ambição de esgotar a temática e concluir que a desconfiança é a única variável que explica a não participação, tampouco uma solução para o problema da desconfiança e da não participação política encontrado na pesquisa. As considerações aqui contidas mostram indícios de que a desconfiança é uma variável importante e apontam para um caminho interpretativo da questão.

Referências

Baquero, Marcello. 2007. *A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Baquero, M. 2010. "Cultura política e processo eleitoral no Brasil: o que há de novo." *Em Debate: Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política* 2, n. 6 (Junho):6-10.

Baquero, Marcello, Henrique Carlos de Oliveira de Castro e Rodrigo Stumpf González. 1998. *A construção da democracia na América Latina: estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política*. Porto Alegre/Canoas: Ed. Universidade/UFRGS/Centro Educacional La Salle de Ensino Superior.

Brasil. Constituição (1988). 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico.

Carrano, Paulo. 2012. "A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes." *O social em questão* 15 n. 27: 83-99.

Castro, Henrique Carlos de Oliveira de. 2011. "Cultura política, democracia e hegemonia na América Latina." *Revista de Estudos e Pesquisas sobre As Américas* 5, n. 2: 79-96.

Costa, Andressa Liegi Vieira. 2015. "Desconfiança e desinteresse político no sul do Brasil: percepções da juventude em relação à política." *Anais do I Seminário Internacional de Ciência Política*, Porto Alegre, Setembro 9-11. Porto Alegre, UFRGS.

De Castro, Lúcia Rabello. 2008. "Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum". *Revista de Sociologia e Política* 16, n. 30: 253-268. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782008000100015>

De Moraes, Jennifer Azambuja e Marcello Baquero. 2016. "A internet e a construção de uma cultura política juvenil no Sul do Brasil." *Educação & Sociedade* 37, n.137: 989-1008. <https://doi.org/10.1590/es0101-73302016166022>

Dos Santos, Marcus Vinícius Deorristte, Marcello Baquero e Jennifer Azambuja De Moraes. 2018. "Corrupção e cultura política juvenil no Sul do Brasil." *Revista Eletrônica Interações Sociais* 2, n. 1: 101-120.

Frejat, Denise Nunes Martins. 2014. "O voto como garantidor da legitimidade dos representantes do povo." Monografia apresentada como requisito para conclusão de curso de bacharelado em Direito do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Goffman, Erving. 2012. *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis: Editora Vozes.

Groth, Terrie Ralph e Tatiara Monteiro. 2010. "Política na Escola": Avaliando uma atividade de Pesquisa Ação (2003-08)." *Anais do 7º Encontro da ABCP*, Recife, PE, 2010. Recife: ABCF.

Guzzo, Raquel Souza Lobo e Antonio Euzébios Filho. 2005. Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora. *Escritos sobre Educação* 4 n. 2: 39-48. Acessado em: Junho 09, 2018: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-98432005000200005&lng=pt&nrm=iso.

Latinobarómetro. 2017. *Informe Latinobarómetro 2017*. Acessado em: Novembro 22, 2018. <http://www.latinobarometro.org/latNewsShow.jsp>.

Nazzari, Rosana Katia. 2006. "Capital social, cultura e socialização política: a juventude brasileira." *Capital Social: teoria e prática*.

Moisés, José Álvaro. 1990. *A política contra a participação*. São Paulo: Editora Marco Zero.

Pereira, Thiago Ingrassia. 2011. "Os jovens e a política: contribuições do ensino de ciências sociais para a socialização política." *Pensamento Plural* 08 (Janeiro/Junho): 143-163.

Putnam, Robert D. Robert Leonardi e Raffaella Y. Nanetti. 2006. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 5 ed. Tradução Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Rio Grande do Sul. 1996. "Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: LDB: Lei das Diretrizes e Bases da Educação nacional: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional." *Diário Oficial da União*, Dezembro 23, 1996, Seção 1. Acessado em Dezembro 1, 2014. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

Schimidt, João Pedro. 2001. *Juventude e política no Brasil: a socialização política dos jovens na virada do milênio*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

Silveira, Angelita Fialho e Maria Salete Souza De Amorim. 2005. "Socialização política e capital social: uma análise da participação da juventude no contexto escolar e político." *Educação Unisinos* 9, n. 2: 155-163.

Tocqueville, Alexis. 1989. *A democracia na América*. São Paulo: Editora Abril.

Fernanda Weirich

Mestranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa, São Borja, RS, Brasil), Bacharel em Ciências Sociais - Ciência política pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa, São Borja, RS, Brasil).

Domingos Sávio Campos de Azevedo

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil), professor permanente do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa (Unipampa, São Borja, RS, Brasil)